

# BRASILEIRO TERÁ QUE CONTRIBUIR 40 ANOS PARA TER APOSENTADORIA INTEGRAL



A proposta “enxuta” do que é possível – na avaliação do governo – ser aprovado da reforma da Previdência pela Câmara dos Deputados foi apresentada nesta quarta-feira (22), num jantar realizado no Palácio da Alvorada, em Brasília. Esta é a terceira versão da reforma. A primeira foi apresentada há quase um ano e foi modificada para pior pela comissão especial da Câmara, em abril deste ano. Enfraquecido e com a impopularidade recorde, Temer tem pressa e quer colocar a proposta em pauta até o dia 6 de dezembro, para tentar aprovar o texto ainda este ano.

Apresentada pelo deputado Arthur Maia (PPS-BA), que é o relator na Câmara dos Deputados da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287/2016, a proposta retirou diversos pontos de divergência, o que, segundo o governo, vai diminuir a resistência ao texto. Também foi mantido o texto aprovado pela Câmara, começando a transição aos 55 anos (homens) e 53 anos (mulheres), com aumento de um ano a cada dois, a partir de 2019. Significa dizer que, em 2022, o corte passará a ser de 54 anos para mulheres e 56 para homens; em 2024, 55 e 57; e assim por diante. Dessa forma, a idade mínima só chegará aos 62/65 em 2038. No entanto, para se aposentar o brasileiro terá que pagar um pedágio de 30% do tempo que falta até os 35 anos de contribuição. Um dos pontos de maior resistência da proposta

era o tempo de contribuição que o governo propunha subir dos 15 anos da regra atual para 25 anos. A proposta aprovada pela comissão da Câmara foi de 25 anos, mas o governo recuou para no mínimo de 15 anos. Porém, os 15 anos só darão direito ao equivalente a 60% do valor integral. Para ter direito à aposentadoria integral, o trabalhador terá de contribuir por 40 anos. Segundo o professor do Instituto de Economia da **Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)** Eduardo Fagnani, cerca de 80% dos trabalhadores deverão se aposentar com 15 anos de contribuição, perdendo, assim, quase a metade da renda mensal. Sob o discurso de que se trata de “privilégios”, a nova proposta do governo prevê a equiparação dos servidores públicos, que atualmente têm um regime próprio de previdência, com os demais trabalhadores.